

**RELAÇÃO DO MARANHÃO
OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO DO CEARÁ:
NECESSIDADE DE UMA EDIÇÃO CRÍTICA**

Expedito Eloísio Ximenes
eloisio22@hotmail.com

INTRODUÇÃO'

O documento intitulado *Relação do Maranhão* é de notável importância histórica para o Brasil, principalmente para o Ceará, pois pode ser considerado a certidão de nascimento desse Estado.¹

Conforme a datação, o documento foi escrito em 26 de março de 1608, pelo Pe. Jesuíta Luiz Figueira, quando esse veio em missão ao Maranhão, passando pelo Ceará. O intuito da empreitada, além da catequese dos indígenas, era também a aproximação dos nativos que viviam na Capitania do Maranhão, os quais eram denominados de tapuias, povos inimigos dos portugueses e aliados dos franceses.

Após os percalços enfrentados e a frustrada tentativa de alcançar o Maranhão, Figueira desiste do itinerário, deixando o companheiro de viagem, Pe. Francisco Pinto, que tivera morte violenta em confronto com os tapuias, sepultado na Serra da Ibiapaba, no norte do Ceará. Ao regressar a Pernambuco e depois à Bahia, o missionário relata a aventura da missão ao seu superior, Pe. Cláudio Aquaviva. É esse diário de viagem que se denomina *Relação do Maranhão*.

É de nosso conhecimento cinco cópias do documento, que apesar do grande valor histórico, é quase desconhecido nos meios acadêmicos. Não há estudos realizados nos âmbitos dos cursos de História e de Linguística para aprofundamento do seu conteúdo, como também, nunca houve interesse em se fazer uma edição crítica

¹ Conforme Tomas Pompeu Sobrinho, o período até 1603 (data da expedição de Pero Coelho de Sousa), quando se inicia a contar a história do Ceará, é um período nebuloso, o qual denomina-se de pré-histórico; a partir dessa data há documentos proventos, podendo ser considerado proto-histórico. "Podemos considerar esse período como o de nossa proto-história, reservando o que lhe precedeu, de que se não tem nenhuma documentação escrita, para a pré-história cearense". O período histórico propriamente dito começa com a *Relação do Maranhão*.

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

com bases científicas conforme as orientações da crítica textual, por especialistas da área. As cópias existentes não estabelecem o modelo de edição nem os critérios usados para a reprodução. Reunir e comparar todas estas testemunhas, escolher a que apresenta maior fidelidade, seguindo, assim, as etapas propostas e os critérios da edição crítica, é uma necessidade que se nos impõe, dadas às muitas vantagens dessa tarefa e a relevância para se esclarecer algumas deturpações possíveis, corrigir erros e, principalmente, reestabelecer uma fonte fidedigna para a história do Ceará.

AS TESTEMUNHAS EXISTENTES DO TEXTO

Em 1903, o renomado pesquisador cearense Barão de Studart tornou público pela primeira vez o documento *Relação do Maranhão*, por ocasião do tricentenário de colonização do Ceará. O texto original, conforme informações daquele estudioso, encontra-se nos Archivos da Ordem Maison d'Etudes, Exaten, Baaksen, Limburgo Hollandez (c.f. Studart, 1904). A edição publicada em 1903 é a reprodução de uma cópia fotográfica que o Barão recebeu do jesuíta Reverendo Pe. J. B. van Meurs por ordem do Superior Geral da Companhia de Jesus.

A partir dessa cópia surgiram outras reproduções que chegaram ao nosso conhecimento. Em 1904 o Barão publicou novamente o texto em sua coletânea intitulada *Documentos para a História do Brasil e Especialmente do Ceará*. Em 1911, o Pe. Jesuíta Rafael Maria Galanti, publicou o texto no livro *História do Brasil* e, em 1940, o Pe. Serafim Leite fez outra publicação em Portugal no Livro *Luiz Figueira: A sua Vida Heroica e a sua Obra Literária*. A última edição que temos conhecimento é de 1967 de Tomás Pompeu Sobrinho, enfeixada em um livro que reúne fontes históricas do Ceará intitulada *Três Documentos do Ceará Colonial*.

Em uma análise preliminar quando comparamos as duas testemunhas de responsabilidade do Barão de Studart (1903 e 1904), constatamos que são perfeitamente idênticas, o que não é verdade a afirmativa em relação à publicação de Pompeu Sobrinho (1967), em que visualizamos, a olho nu, muitas discrepâncias no tocante à várias supressões de palavras, de sintagmas e de frases; permuta de letras,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

junção ou separação de vocábulos dentre alguns erros ortográficos. Na publicação de Galanti (1911) é visível logo no início a supressão de cinco parágrafos em relação à testemunha de 1903. A edição de Serafim Leite ainda não é de nosso conhecimento, contudo, Pompeu Sobrinho (1967) adianta que essa reimpressão apresenta ligeiras correções. Ainda não tivemos oportunidade de cotejarmos minuciosamente todas as testemunhas, cremos, contudo, que há muito o que se observar, pois à medida que cada cópia se distancia da fonte primeira aumenta as possibilidades de alterações.

Em nenhuma das publicações há notas esclarecedoras sobre os critérios adotados para edição. Somente o texto de 1904 estabelece a fonte originária. As demais não explicitam a fonte que serviu de modelo nem as normas de edição. Por isso é muito necessário o investimento em uma edição crítica para contemplar essas exigências e se explicitar as dúvidas reinantes.

A edição de 1903 encontra-se no Tomo XVII da Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará cujo título é *Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva* e ocupa as p. 97 a 140. O texto é reproduzido impresso em letras graúdas, mas não há comentário algum; a ortografia é predominantemente fonética e conservadora, marcada pela ausência de norma fixa para registro das palavras e apresenta uso abundante de abreviaturas.

A publicação de 1904, como dito anteriormente, encontra-se na coletânea do Barão de Studart *Documentos para a História do Brasil e Especialmente do Ceará*, v. I, p. 1 a 42 e segue o mesmo parâmetro da anterior. Galanti (1911) inseriu o texto no final do v. I de sua *História do Brasil* nas p. 436 a 463. Em uma nota de pé de página o autor esclarece que a primeira publicação foi realizada em 1903 pelo Barão de Studart.

A publicação de Pompeu Sobrinho (1967) intitulada *Relação do Maranhão: Introdução, Notas e Comentários* está disposta nas p. 9 à 157 do livro *Três Documentos do Ceará Colonial*. Pompeu Sobrinho divide o texto em quatro capítulos: o primeiro é a introdução em que faz as considerações gerais do documento com vários subtítulos, pondo em destaque a organização da expedição dos missionários, o contexto e o itinerário da viagem reproduzido em mapa, apre-

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

sentando, ainda, fotografias e dados biográficos dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira. No segundo capítulo aborda alguns problemas da expedição, entre outros, a identificação do roteiro seguido pelos religiosos. No terceiro, reproduz o Documento, mantendo os aspectos gráficos e as formas abreviadas semelhantes ao texto de 1903. Faz inserções de 62 valiosíssimas notas explicativas a respeito do vocabulário, dos aspectos topográficos, da fauna e da flora, de aspectos etimológicos e antropológicos. Estas notas estão dispostas ao longo de várias páginas constituindo o quarto capítulo da obra.

Pelo que sabemos até agora, fica claro que todas as edições posteriores à de 1903, tomam esta como parâmetro. É esta testemunha a mais conservadora que se aproxima do texto original e, com certeza, constituirá o modelo aceito para a reprodução de um texto crítico.

O CONTEÚDO DO DOCUMENTO

O Contexto do Texto

O texto do Pe. Luiz Figueira é uma espécie de diário de viagem em que o autor faz um relato dos fatos vividos desde o planejamento da incursão por seu superior até o desfecho final quando do retorno à Bahia.

O objetivo da jornada era conquistar os índios tocarijus, denominados tapuias, que habitavam as terras situadas a 15 ou 20 léguas da Serra da Ibiapaba. Esses eram índios de má fama e violentos aliados dos franceses que ocupavam o Maranhão, portanto, inimigos dos portugueses.

A expedição atendia a dois propósitos básicos que interessavam tanto à Coroa portuguesa, por tentar afastar o estrangeiro daquela região, quanto à Igreja que cumpria a missão apostólica em levar a mensagem evangélica e a fé cristã aos selvagens. Por isso a viagem foi acertada e planejada pelo 8º. Governador Geral do Brasil, Diogo Botelho e o superior da Companhia de Jesus, Pe. Fernão Cardim, que escolheu o Pe. Francisco Pinto, homem já maduro, de espírito despreendido e profundo conhecedor da língua dos nativos e o Pe. Luiz Figueira mais jovem, não menos abnegado e que se tornaria, posteri-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ormente, especialista em língua tupi, tornando-se autor de uma gramática daquela língua.

Além dos dois padres mencionados, cerca de 60 índios já domesticados e amigos compunham a expedição. A partida de Pernambuco ocorreu no dia 20 do mês de janeiro de 1607, conforme o trecho abaixo.

PAX CHRISTI. No mez de jan.^{ro} de 607 p. ordem de fernaõ Cardim pr.^{al} desta pr.^a nos partimos pera a missão do Maranhão o p.^e fr.^{co} Pinto e eu cõ obra de sessenta Indios, cõ intenção de pregar o evangelho aaquella desemperada gentilidade, e fazermos cõ q' se lançassem da parte dos portugueses, deitando de si os frãezes corsairos q' lá residem pera q' indo os portugueses como determinão os não avexassem nem captivassem, e pera q' esta nossa ida fosse sem sospeita de engano pareceo bem ao p.^e pr.^{al} q' não levassemos cõnosco portugueses e assi nos partimos sós cõ aquellos sessenta Indios. (Figueira, 1903, p. 97).

Viajaram do Recife em um barco que vinha buscar sal no Rio Jaguaribe. A chegada ao Ceará ocorreu na foz daquele rio, no atual município de Aracati, no litoral leste do estado. Após a descida do barco, seguiram a pé pela costa cearense reunindo alguns índios dispersos que viviam com medo dos brancos e dos tapuias. Chegando ao local denominado de Pará, na foz do Rio Curu, onde se localiza a cidade de Paracuru, afastaram-se da costa e adentraram o interior enfrentando os perigos do território inóspito e as adversidades climáticas e geográficas. Com muito sofrimento transpuseram a Serra dos Corvos, denominada hoje, Serra da Uruburetama, como reclama o religioso.

[...] as difficuldades do caminho q' ao principio se mostrou facil e cõ isso nos emganou gastamos 12 ou 13 dias sem sabermos bem quãdo meham nem noite cõ os espessos e altissimos matos p.ⁱ baixo dos quaes hiamos rompendo a força de braço e ferro sobindo e decendo mõtes e rochedos q' excedem toda a exageração saltãdo de pedra em pedra hora para as nuvens hora p.^a os abismos, nem conto aquy as quedas e cousas q' se quebrarão [...]

Nesta triste serra dos corvos parece q' se juntarão todas as pragas do brasil, innumeraveis cobras e aranhas a q' chamão caranguejeiras, peçonhetissimas de cuja mordedura se diz q' morrem os homens, carrapatos sem conta, mosquitos e moscas q' magoão estranham.^{te} e ferem como lancetas fazendo logo saltar o sangue fora e assy parecião os indios leprosos das mordeduras [...] (Figueira, 1903, p. 102-103).

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

Era um ano de chuvas abundantes aquele no Ceará. Os viandantes tiveram que transpassar rios a nado, enfrentar lamas, trovoadas e muita fome até a conquista da Serra da Ibiapaba, onde encontraram a tribo dos tabajaras, índios amigos que os acolheram em suas pobres cabanas. Aí viveram por alguns meses desenvolvendo a missão religiosa por meio da administração dos sacramentos da igreja, da oração, dos sacrifícios e de jejuns. O intuito maior era atingir o Maranhão e conquistar os selvagens inimigos; para isso enviaram mensagens e presentes aos tapuias e esses matavam os mensageiros queimando-os vivos. A única resposta obtida daqueles selvagens foi um ataque frontal que teve como resultado a morte violenta do Pe. Francisco Pinto, no local chamado Abayara, onde se localiza a cidade de Ubajara, no alto da Serra da Ibiapaba.

Após esse episódio, Figueira desistiu da empreitada do Maranhão, desceu a montanha e dirigiu-se ao litoral norte do Ceará. Permaneceu alguns meses na tribo do Cobra Azul, índio de temperamento forte e ameaçador. O sacerdote cuidou de uma pequena lavoura que lhe forneceu alimentos para sua sobrevivência, recebeu alguns presentes dos índios que o ajudaram na sua manutenção.

Ao receber um recado do capitão mor o Rio Grande do Norte, Jerônimo de Albuquerque, regressou para o Rio Ceará, esse rio corta atualmente a cidade de Fortaleza. Daí partiu para a Capitania do Rio Grande e depois Pernambuco e Bahia. Em março de 1608, redigiu o texto descrevendo os aspectos da fauna, da flora, do clima, do convívio com os índios e os malogros da missão². O texto é muito rico de

² No final do documento registra-se 26 de março de 1608, como data da conclusão do relato; tudo indica, porém, que tal data não seja exata, pois o Pe. Figueira afirma no texto, que na quaresma do ano seguinte ao da vinda ao Ceará, (1607), estava na aldeia do Cobra Azul, no litoral, tendo jejuado durante esse período quaresmal farinha que trouxera da Ibiapaba. Segundo suas palavras: "eu porem tive algumas castanhas de caju e obra de hua quarta de farinha q' eu tinha trazido da Ybiapaba que fuy goardádo p.^a a coresma cõ a qual ajeuey toda condutádo como era rezão". Por alguns meses permaneceu ali e depois veio para o Rio Ceará quando em 19 de agosto de 1608, recebeu um comunicado de que um barco o viria buscar. A embarcação após vários dias encahalhada por causa dos ventos, afinal conseguiu partir. O texto foi escrito depois da viagem, a data de março de 1608, como se encontra consignado no escrito, não faz sentido, portanto.

O grande historiador cearense que foi o Dr. Guilherme Studart (o Barão de Studart) e o notável sábio Thomaz Pompeu Sobrinho são de opinião unânime que a Relação do Maranhão tenha sido escrita em 1609.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

informações para a história social do Ceará, em todos os aspectos, como também para o desenvolvimento de estudos relativos aos campos linguístico e filológico.

Aspectos linguísticos, filológicos e sócio-históricos do documento

O texto foi escrito em princípios do século XVII, quando já era usado por parte dos escribas o sistema ortográfico de caráter etimológico ou pseudo-etimológico que substituiu a escrita fonética, conforme classificação de Nunes (1989). Esse autor divide a história da ortografia portuguesa em dois períodos: o fonético e o pseudo-etimológico.

O período fonético começa nos primórdios da formação da língua e se estende até o século XVI, coincidindo com o seu período arcaico. Nesta etapa da ortografia, sobressaem-se os sons representados por meios de letras que elas realmente representam.

Caracteriza este período a representação, pelas letras, dos sons que ela realmente representam, consoante a evolução por eles sofrida, e a ausência, em geral, de caracteres não proferidos. Verdade seja que essa representação nem sempre acompanhou *pari passu* as alterações que se foram dando e por vezes conservou-se antiquada em relação ao desenvolvimento da língua. (Nunes, 1989, p. 193).

O período pseudo-etimológico estende-se do século XVII em diante. O autor considera apenas dois períodos não fazendo menção ao que se chamou posteriormente de período simplificado. Esse segundo vem a lume com o Renascimento e a volta da cultura clássica greco-latina que influenciou os espíritos a adotarem a grafia supostamente etimológica de cuja origem seria o étimo daquelas línguas.

Com o Renascimento, a admiração que já existia pelo latim, redobrou, subjugando os espíritos por forma tal, que a sua ortografia tornou-se o modelo da nossa, que foi em grande parte posta de lado, em prejuízo da língua, da qual muitos sons deixaram de ser representados consoantes a sua pronúncia secular. (Nunes, 1989, p. 195-196).

O tipo da ortografia predominante no documento é a fonética, com uso frequente do sinal diacrítico til sobreposto às vogais nasais, sobretudo *a*, *o* e *u* como se observa a seguir: *Frãcezes*, *semelhãtes*, *grãdesa*, *matãdo*, *grãde*, *lãção*, *tãbem*, *mãdamos*, *levãdo*, *brãcos*, *alcãçar*, *diãte*, *ãdava*, *descãsarmos*, *apparelhãdonos*, *levãtassemos*,

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

declārado, bastāte, mōtes, cōfessado, cōtinua, rapōtar, bō, cōtarei, respōdeo, cōfiança, cōtrarios, cōnosco, cōprimentos, aōd, cō, algua, algus, nenhua, hua, hu, huas, hus. A representação do fonema /z/ pelo grafema *s*: *mez, francezes, tizouras, emprezas, mezes, auzentei, puzessemos, quizemos*; uso de consoantes geminadas: *affirmo, effeito, difficultar, affastava, pella, aballarão, nella, pollas, collegios, commungar, immediatamente, permite, setembro*; variações gráficas da mesma palavra: *certão~sertão~certões, me-nhã~menham~manhã~manham, salvages~salvajes~salvagens, brancos~brācos~brāquos~brancuos*; emprego de uma letra por outra: *cinquo, acerqua, igreginha, magestade, calidade, encantidade, pecenas, Jagoaribe, apazigoado, agoa, lingoa*; uso do *h* intruso: *dahi, dohia, sahia* ou ausência dele quando deveria existir: *aver, avia, avi-amos, oje*; uso abundante do *y*: *assy, cheyos, my, yr, respōdy, Ybia-paba, ouvvy, yda, yndio, acertey, aquy, pay, mādey* dentre outras características. Destacam-se as ocorrências de abreviaturas, a ausência de acentos gráficos, a falta de pontuação adequada, o emprego de termos e expressões arcaicos e muitos outros elementos linguísticos que merecem um estudo mais aprofundado para se identificar o uso da língua naquele momento histórico.

Muitos dados da toponímia são apresentados como os nomes de rios, de serras, de aldeias. Os dados antropológicos das vivências e dos costumes indígenas, as crenças, as manifestações religiosas, as formas de exploração da terra para a sobrevivência, as doenças e as curas tudo são descritos numa linguagem simples e concisa.

CONCLUSÃO

A leitura de um texto, principalmente quando se trata de um texto antigo, suscita muitas interpretações e informações inerentes as relações humanas e sociais vivenciadas no momento de sua confecção. A divulgação do conteúdo registrado nos documentos antigos contribui enormemente para o saber das gerações modernas. Reproduzir as nossas fontes histórias tidas quase desconhecidas do grande público é uma necessidade urgente para se estabelecer as origens de um povo e entender seu presente.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Contudo, devemos ter cuidado no repassar os conteúdos de tais textos, sobretudo, averiguando a fidelidade das cópias existentes. Para isso devemos cotejá-las com cuidado e fazer o esforço para encontrarmos as fontes mais primitivas que expressam a última vontade o autor. Ou seja, o texto que representa maior fidelidade ao pensamento e à verdade manifestados por quem o produziu.

É muito importante a reprodução dos textos para a sua divulgação e a apropriação dos conteúdos por um público mais abrangente, mas devemos ter cuidados com os erros ou deturpações feitas à medida que os textos são divulgados.

Em relação ao documento específico abordado aqui, é necessário fazer uma longa investigação para se encontrar outras possíveis cópias e, assim, contribuímos para a conservação do documento por meio de uma edição crítica de base científica, que venha assegurar a integridade do texto e os valores transmitidos para engrandecer a nossa história.

BIBLIOGRAFIA

FIGUEIRA, Pe. Luís, *apud* STUDART, Guilherme. A Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva. **In:** *Revista do Instituto do Ceará*. 1887, Tomo I, p. 97-138, site: <http://www.institutodoceara.org.br/>. Acesso: 20-03-2008.

———, *apud* STUDART, Guilherme. A Relação do Maranhão pelo Pe. Luiz Figueira. Dirigida ao Preposito Geral da Ordem de Jesus Cláudio Aquaviva. **In:** *Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará 1608-1625*. Fortaleza: Typ. Studart, 1904. Coleção Studart, v. I, p. 1-41.

———, *apud* Thomaz Pompeu Sobrinho. *A Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva*. **In:** *Três documentos do Ceará Colonial*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, Coleção História e Cultura dirigida pelo Instituto do Ceará, 1967.

———, *apud* GALLANTI, Rafael. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Duprat & Comp. 1911, tomo II e III.

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

GALLANTI, Rafael. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Duprat & Comp. 1911, tomo II e III.

NUNES, Joaquim José. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. 9ª. Lisboa: Clássica, 1989.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Relação do Maranhão: Introdução, Notas e Comentários de Th. Pompeu Sobrinho. **In:** *Três Documentos do Ceará Colonial*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, Coleção História e Cultura dirigida pelo Instituto do Ceará, 1967.

STUDART, Guilherme. *Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará 1608-1625*. Fortaleza: Typ. Studart, 1904, Colleção Studart, v. I.